

STF não opina sobre mandato de Sarney

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Supremo Tribunal Federal recusou-se a discutir o direito do presidente Sarney a um mandato de seis anos. O assunto foi tratado na quarta-feira durante julgamento de *habeas corpus* pedido pelo advogado Zadyr Pinto Alves do Valle, no qual ele defende mandato de seis anos para Sarney e aponta como autoridade coatora o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Sem examinar o mérito, o relator do *habeas corpus*, ministro Oscar Correa, indeferiu o pedido por falta de fundamentos. Zadyr afirma no *habeas corpus* que Sarney está "sofrendo coação em sua liberdade para exercer livremente o seu alto cargo pelo prazo constitucional-

mente fixado de seis anos e para o qual foi eleito".

No documento, o advogado afirma ainda que "o deputado Ulysses Guimarães, na qualidade de presidente da Câmara dos Deputados, vem ameaçando e coagindo o presidente José Sarney em reduzir o seu mandato presidencial".

Num despacho de apenas quatro linhas, o ministro Oscar Correa indefere o pedido alegando que, segundo o regimento interno do STF, ele é incabível "em virtude da ausência de fundamentos que o viabilizem" e determinou o seu arquivamento.

Ontem, ministros do Supremo não comentaram o assunto, sob o argumento de que o julgamento em plenário não entrou no mérito da questão.

Prefeitos exigem quatro anos e eleições em 88

CUIABÁ AGÊNCIA ESTADO

Mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, eleições este ano para prefeitos e vereadores, manutenção do projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização e repúdio às medidas de suspensão de financiamentos à Estados e municípios são algumas das moções que deram origem à Carta de Cuiabá, documento tirado no Encontro Nacional de Prefeitos das Capitais, encerrado ontem. Estiveram presentes 12 dos 26 prefeitos de capitais e o documento deverá ser encaminhado ao presidente da República e aos constituintes.

Participando da abertura do encontro, o governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, afirmou que o maior problema do País é o excesso de centralização que se iniciou antes de 1964 e se acentuou "assustadoramente" durante o regime autoritário. Segundo ele, a centralização

está acabando com a Federação e facilitando a corrupção.

A prefeitura de Porto Alegre, segundo documento apresentado pela secretária de Finanças do município, Dilma Linhares, denunciou a discriminação de que vem sendo objeto: "Somos a única prefeitura da capital que, perfeitamente habilitada e tendo solicitado financiamento, não o obteve".

O pernambucano Jarbas Andrade Vasconcelos, presidente da Associação Brasileira de Prefeitos das Capitais, preocupado com a possibilidade de prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, disse que a idéia merece o repúdio da sociedade, pois "além de evidente infração de ordem moral, constituiria flagrante retrocesso, intolerável recuo na marcha do processo de democratização do País".

A posição dos prefeitos será comunicada aos líderes dos partidos na Assembléia Constituinte, e as questões econômicas serão objeto de outro documento.